

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PROGRAMA AMBIENTE



Projecto Co-Financiado
pelo FEDER

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA TAPADA PEQUENA

PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO



ÍNDICE DE TEXTO

	<i>Pág.</i>
1 - INTRODUÇÃO	5
2 - PROGRAMAS E PROJECTOS	5
2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	5
2.2 - PROGRAMAS E PROJECTOS.....	6
2.2.1 - Programa P1 - Recuperação e valorização da albufeira e da zona de protecção.....	6
2.2.2 - Programa P2 - Intervenções na zona terrestre de protecção.....	8
3 - PROGRAMA DE EXECUÇÃO	11
3.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	11
3.2 - TIPOLOGIA.....	11
3.3 - PROGRAMAS E PROJECTOS A IMPLEMENTAR.....	12
4 - PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO.....	13
4.1 - CONTEXTO FINANCEIRO	13
4.2 - BASE DE CÁLCULO.....	15
4.3 - CUSTOS GLOBAIS DE INVESTIMENTO POR PROGRAMAS E POR ANOS	16
4.4 - FINANCIAMENTO.....	16

ÍNDICE DE QUADROS

Pág.

QUADRO 1 - Programas e Projectos.....	14
QUADRO 2 - Estimativa dos custos globais de Programas e Projectos	17
QUADRO 3 - Plano de financiamento por fontes.....	17

1 - INTRODUÇÃO

Na sequência dos Estudos de Base e da Proposta de Ordenamento apresentada e aprovada pela Comissão Mista de Coordenação do POATP, apresenta-se o Programa de Execução e Plano de Financiamento do Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Pequena.

O Programa de Execução contém a programação e estimativa quantificada da grandeza dos investimentos necessários para, a curto e médio prazo, dar concretização às acções de intervenção propostas. O Plano de Financiamento do POATP baseia-se na calendarização integrada, anual, de todos os projectos e na identificação das fontes de financiamento necessárias.

O âmbito geográfico dos Programas e Projectos adiante propostos é, em geral, a zona de protecção da albufeira, enquadrando-se porém com outros projectos existentes e e/ou promovidos por outras entidades como a Câmara Municipal de Mértola ou o Parque Natural do Vale do Guadiana, ou ainda entidades privadas com interesse na área de intervenção.

As intervenções que têm representação espacial são apresentadas na Planta de Síntese (anexa ao Relatório Síntese), remetendo-se para o regulamento do POATP as regras de utilização dos espaços propostos no âmbito do Plano de Ordenamento.

2 - PROGRAMAS E PROJECTOS

2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para a prossecução dos objectivos do POATP identificaram-se vários programas e correspondentes projectos, que procuram dar suporte às propostas de ordenamento da albufeira e da sua zona de protecção, constituindo as suas linhas gerais.

Os programas e projectos têm uma abrangência espacial confinada aos limites da zona de protecção da albufeira, enquadrando-se porém com outros projectos existentes e e/ou promovidos por outras entidades como a Câmara Municipal de Mértola, o Instituto Português do Património Arquitectónico ou o Parque Natural do Vale do Guadiana. Os projectos permitirão articular e compatibilizar os usos principais e secundários da albufeira com a pressão a que as margens se encontram sujeitas, promovendo a recuperação ou reabilitação de espaços ou infra-estruturas e também a recuperação da qualidade da água da albufeira, de modo a tornar possível alguns usos actualmente incompatíveis.

Os programas e projectos identificados são apresentados nos sub-capítulos seguintes.

2.2 - PROGRAMAS E PROJECTOS

2.2.1 - Programa P1 - Recuperação e valorização da albufeira e da zona de protecção

A recuperação e valorização da albufeira comporta diversas vertentes de intervenção sob a forma de projectos orientados para a recuperação e monitorização da qualidade da água, mas também para a valorização ecológica dos espaços na área envolvente.

Neste âmbito destacam-se algumas acções importantes com realce para os projectos:

- Projecto Prj 1.1 - Recuperação da qualidade da água e respectiva monitorização
- Projecto Prj 1.2 - Reabilitação dos órgãos de segurança da barragem
- Projecto Prj 1.3 - Realização de uma campanha de levantamento de fundos, para balizagem da albufeira
- Projecto Prj 1.4 - Elaboração do Plano de Emergência da Barragem da Tapada Pequena
- Projecto Prj 1.5 - Reabilitação da passagem hidráulica da descarga de cheias sob a EM 505
- Projecto Prj 1.6 - Preparação de zonas de apoio à pesca e de zona de acesso de embarcações à albufeira
- Projecto Prj 1.7 – Segurança e sinalização da barragem e do plano de água

O Projecto Prj 1.1 - Recuperação da qualidade da água e respectiva monitorização, contempla a monitorização da qualidade da água da albufeira e o conhecimento detalhado das condições de tratamento dos efluentes da actividade pecuária na bacia hidrográfica da albufeira.

Considerando a importância da massa de água da Tapada Pequena como reserva de água assume particular importância, no contexto futuro, a qualidade da água, não sendo compatível o exercício de actividades poluentes junto às margens da albufeira.

A Monitorização da Qualidade da Água deverá ter em atenção:

- A ocorrência de fenómenos indicadores de degradação qualitativa da água, com particular vigilância sobre a actividade pecuária;
- A avaliação do estado trófico de acordo com as tabelas de classificação definidas pelo INAG;
- A necessidade eventual de se proceder ao controlo de alguns efluentes que drenem para a albufeira.

No âmbito mais vasto do programa de recuperação da qualidade da água da albufeira, abrangendo também a sua utilização recreativa e a pesca, a médio prazo, preconiza-se um conjunto de acções tendentes a:

- a) Criação de sistema de aviso para a existência de condicionantes ao uso da água para fins recreativos e para a pesca, com informação directa aos utentes e pescadores;
- b) Análises de ocorrência de microorganismos, que podem constituir risco para a saúde, com adopção de um sistema que permita, regularmente, a sua detecção;
- c) A própria Autarquia deverá proceder a uma avaliação de pormenor das condições de funcionamento futuro do sistema de recolha e tratamento de águas residuais da localidade da Mina de São Domingos (em execução), propondo soluções adequadas de acordo com a nova realidade, visando assegurar a qualidade dos recursos hídricos. Considera-se fundamental a obrigatoriedade da ligação à rede de colectores de todas as edificações existentes e a construir, bem como a limpeza e eliminação das fossas existentes.

O licenciamento de habitações e outras unidades, a localizar na envolvente da albufeira, nomeadamente turísticas, deverá atender, com rigor, aos sistemas de tratamento de efluentes por forma a minimizar eventuais contaminações da água da albufeira.

É neste contexto que assume significado relevante a monitorização das actividades na área da bacia hidrográfica da albufeira sob pena de se comprometerem os resultados das acções direccionadas para a zona de protecção da albufeira.

O Projecto Prj 1.2 - Reabilitação dos órgãos de segurança da barragem, tem por objectivo a recuperação do descarregador de cheias e canal de descarga que liga a albufeira da Tapada Pequena à albufeira da Tapada Grande, promovendo também a vedação da zona de respeito.

O Projecto Prj 1.3 - Realização de uma campanha de levantamento de fundos, para balizagem da albufeira, tem por objectivo o conhecimento dos fundos da albufeira para a correcta balizagem do plano de água no âmbito do zonamento proposto.

O Projecto Prj 1.4 - Elaboração do Plano de Emergência da Barragem da Tapada Pequena, visa dar cumprimento ao Regulamento de Segurança de Barragens.

O Projecto Prj 1.5 - Reabilitação da passagem hidráulica da descarga de cheias sob a EM 505, tem por objectivo reabilitar o descarregador de cheias sob a EM 505 e garantir a sua capacidade de vazão.

O Projecto Prj 1.6 - Preparação de zonas de apoio à pesca e de zona de acesso de embarcações à albufeira, tem em vista a preparação de zonas de apoio à pesca e de zona de acesso de embarca-

ções à albufeira, permitindo o ordenamento da pesca que actualmente tem lugar e ao mesmo tempo dotar alguns locais de pequenas plataformas de apoio à pesca (pesqueiros) que servirão simultaneamente para lugares de estada/descanso dos utentes das margens da albufeira.

O Projecto Prj 1.7 - Segurança e sinalização da barragem e do plano de água, destina-se a criar condições para tornar eficaz a protecção da barragem e dos seus órgãos de segurança, delimitar as zonas relacionadas com o plano de água e estabelecer uma sinalética de segurança e informativa.

2.2.2 - Programa P2 - Intervenções na zona terrestre de protecção

A promoção e reabilitação da zona terrestre de protecção da albufeira compreende intervenções sob a forma de projectos orientados para a melhoria das condições ambientais da envolvente da albufeira por forma a assegurar a melhoria progressiva da massa de água e ao mesmo tempo criar condições de atractividade para os utentes daqueles espaços.

- Projecto Prj 2.1 - Recuperação do bosque ribeirinho
- Projecto Prj 2.2 - Limpeza e renaturalização das margens da albufeira
- Projecto Prj 2.3 - Remoção de construções precárias
- Projecto Prj 2.4 - Recuperação ambiental da “corta”
- Projecto Prj 2.5 - Melhoramento de caminhos, acessos e áreas de estacionamento
- Projecto Prj 2.6 - Criação de percurso temático
- Projecto Prj 2.7 - Criação de zona de estadia (miradouro)
- Projecto Prj 2.8 - Conversão para pinheiro manso e azinheira em zonas adjacentes ao plano de água

O Projecto Prj 2.1 - Recuperação do bosque ribeirinho, contempla a intervenção nos cursos de água principais e nas margens da albufeira conforme assinalado na Planta de Síntese, através da limpeza, recuperação e promoção de espécies vegetais higrófitas;

O Projecto Prj 2.2 - Limpeza e renaturalização das margens da albufeira, contempla a intervenção nas margens da albufeira por forma a criar condições de recuperação das condições naturais e de protecção da massa de água;

O projecto Prj 2.3 - Remoção de construções precárias, tem por objectivo retirar da zona reservada da albufeira e também da zona de protecção, as instalações/construções abandonadas e a remoção de escombros para a devida recuperação paisagística.

O projecto Prj 2.4 - Recuperação ambiental da “corta”, tem por objectivo a recuperação da massa de água e dos taludes da antiga área de exploração mineira e proceder à sua recuperação paisagística.

O Projecto Prj 2.5 - Melhoramento de caminhos, acessos e estacionamento, envolve a preparação dos caminhos para a possibilidade de criação de **percursos temáticos**, nomeadamente ecológicos e de educação ambiental, implicando:

- **Melhoramento do acesso à zona norte da albufeira**, a partir da EM 505 e terminando no sector sudeste do núcleo urbano;
- **Criação de estacionamento** na proximidade do equipamento turístico a criar na AVT1;
- **Preparação de pontos** com unidades de interpretação onde se indiquem objectivos de protecção, e outros elementos de apoio à compreensão do percurso, bem como informação de ordem geral;
- **Criação de sinalética apropriada** e devidamente codificada, indicadora de sentidos a seguir e de zonas de particular interesse a observar.

O Projecto Prj 2.6 - Criação de percurso temático, tem em vista aproveitar o caminho existente nas margem da albufeira para promover a fruição dos valores culturais e ambientais da zona terrestre de protecção e do plano de água, através de um percurso pedestre interpretativo da natureza com acesso a zonas de descanso (plataformas nas margens da albufeira e miradouro).

O Projecto Prj 2.7 - Criação de uma zona de estadia, tem em vista a criação de um miradouro, para zona de estadia e fruição do ambiente e paisagem, num local privilegiado, com mobiliário de jardim rústico, papeleiras, bem como informação de ordem geral e outros elementos de apoio à compreensão dos percursos; este conjunto de intervenções deverá reflectir preocupações de protecção ambiental com salvaguarda dos valores ecológicos, a definição de estruturas de protecção, bem como de estruturas de uso recreativo e de cariz de turismo ecológico.

O Projecto Prj 2.8 - Conversão para pinheiro manso/alepo/cipreste e azinheira em zonas adjacentes ao plano de água, visa substituir o povoamento de eucalipto e zonas degradadas da zona de protecção por espécies mais adaptadas à região, promovendo-se a plantação de povoamento misto de pinheiro manso, de alepo ou cipreste e azinheira.

2.2.3 - Programa P3 - Valorização cultural, patrimonial e turística

A valorização cultural, patrimonial e turística da área da albufeira terá que ser feita integradamente com a oferta cultural da localidade de Mina de São Domingos, de Mértola, e das aldeias vizinhas, para compreender, em particular, vários monumentos arqueológicos nas proximidades e também

identificados nos estudos de base. Tal valorização passa também pelo reforço das medidas e acções em matéria de ordenamento, nomeadamente pela concretização de diversos Planos de Pormenor.

Para a sua concretização identificaram-se várias vertentes de intervenção, quer pública, quer privada, traduzidas nos seguintes projectos:

- Projecto Prj 3.1 - Preparação (infra-estruturação) de uma área para criação de um parque de campismo/caravanismo
- Projecto Prj 3.2 - Criação de uma zona de protecção do cemitério dos ingleses e arranjo do espaço adjacente
- Projecto Prj 3.3 – Elaboração de Planos de Pormenor na área da Mina de São Domingos

O Projecto Prj 3.1 - Preparação (infra-estruturação) de uma área para criação de um parque de campismo/caravanismo, consiste na promoção por iniciativa privada ou mista de um equipamento turístico na AVT1, a nordeste da albufeira, que apoie e dinamize a procura deste tipo de equipamentos na região, que desencoraje o “campismo selvagem” e que constitua uma alternativa à prática balnear na albufeira.

O Projecto Prj 3.2 - Criação de uma zona de protecção do cemitério dos ingleses e arranjo do espaço adjacente, visa a criação de uma zona de protecção e enquadramento do “cemitério dos ingleses”, integrada na Zona de Reabilitação Urbana (ZRU2) prevista no Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico da Mina de São Domingos que se encontra em elaboração.

O Projecto Prj 3.3 – Elaboração de Planos de Pormenor na área da Mina de São Domingos, visa permitir enquadrar do ponto de vista urbanístico intervenções indispensáveis à viabilização de projectos propostos para a área abrangida pelo POATP, destacando-se os seguintes:

- Plano de Pormenor das zonas de expansão não abrangidas pela área de intervenção do Núcleo Histórico da Mina de São Domingos (Zona dos Armazéns);
- Plano de Pormenor da Zona de Equipamento Desportivo;
- Planos de Pormenor das áreas de vocação turística AVT1 e AVT2;
- Plano de Pormenor da área da antiga exploração mineira em vias de classificação, que deverá ser promovido pela entidade da tutela.

3 - PROGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Programa de Execução e respectivo Plano de Financiamento contemplam propostas de intervenção que decorrem directamente das fases precedentes do Plano, a nível de identificação de potencialidades e condicionantes e fixação de objectivos para o POA da Tapada Pequena.

A tradução financeira das Propostas decorre de estimativas de custo que respeitam a investimentos em capital fixo (obras, equipamentos e instalações), a suportar directamente por entidades públicas (da Administração Central e da Autarquia), mas também, indicativamente, a apoios e incentivos a mobilizar para dinamizar a iniciativa privada de modo a alcançar os objectivos do POA.

Em termos sintéticos o Programa de Execução foi preparado a partir dos trabalhos precedentes compreendendo os seguintes aspectos:

- **Identificação e descrição sumária dos Programas e Projectos previstos** em termos de justificação e incidência;
- **Estimativa dos investimentos de iniciativa pública** referentes a cada projecto, assinalando os principais itens de custo;
- **Indicação do Plano de Financiamento de acordo com os pressupostos e condições de cada fonte de financiamento.**

O Plano Geral de Financiamento do POA baseia-se em:

- **Calendarização integrada, anual, de todos os projectos;**
- **Identificação de fontes de financiamento necessárias.**

A quantificação de custos de intervenção directa da Administração Pública foi feita para o período durante o qual se concentrarão os investimentos.

Aos custos de intervenção directa acrescerão os custos de intervenção indirecta, que se advoga que seja feita através dos sistemas existentes de incentivos (por ex: ao turismo e à agricultura), que deverão contemplar majorações de incentivos sempre que se trate de projectos a realizar por entidades privadas em áreas abrangidas pelo POA.

3.2 - TIPOLOGIA

A programação efectuada considera o nível de intervenções que visam concretizar os objectivos globais do Plano em termos de recuperação e valorização da albufeira, melhoria do espaço natural e

do espaço florestal na envolvente da albufeira, acções complementares de valorização turística, patrimonial, e de recreio e lazer das zonas abrangidas.

Na óptica do investimento e financiamento tais intervenções gerais foram classificadas em dois tipos, consoante o papel da iniciativa e meios orçamentais públicos:

- **Intervenções a promover pelo Governo ou Autarquia**, com eventual co-financiamento através de fundos da União Europeia;
- **Intervenções a promover pela iniciativa privada**, com eventual apoio de incentivos financeiros e fiscais pelo Governo.

As intervenções respeitam a locais concretos e correspondem às propostas formuladas, incluindo também legislação, normas e regulamentos específicos.

Assim, distinguiram-se 2 tipos de intervenção:

I - ACÇÕES, MEDIDAS E REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Ao nível da regulamentação de usos, regulamentação do acesso e estacionamento, regulamentação da construção, uso e manutenção de instalações, regulamentação da pesca.

II - PROGRAMAS E PROJECTOS DE INVESTIMENTO

As propostas de intervenção, a que corresponde um esforço de investimento para a Administração Central ou Autarquia, abrangem:

- **Estudos, inventários** - de pesquisa, reconhecimento, inquéritos, ensaios, para conhecimento de situações;
- **Execução de obras de infra-estruturas e equipamentos** - de protecção, recuperação, valorização de recursos;
- **Acções e medidas** - de promoção e divulgação de informação.

Além das obras e medidas indicadas de iniciativa pública, haverá obras privadas de construção de equipamentos e instalações que ficarão a cargo de promotores particulares.

3.3 - PROGRAMAS E PROJECTOS A IMPLEMENTAR

Os programas e projectos identificados estão previstos para um horizonte de implementação que não excede um triénio (médio prazo), dada a reduzida dimensão da albufeira da Tapada Pequena e da sua área envolvente.

Tendo em conta esse facto, considera-se um escalonamento indicativo de intervenções de acordo com as prioridades que a seguir se assinalam:

- INTERVENÇÕES EXEQUÍVEIS A CURTO PRAZO (1 ANO)

São intervenções implementáveis no prazo de um ano orçamental, imediatamente após aprovação do POA, como se indica:

- . Realização de estudos preliminares para aprofundamento de conhecimentos;
- . Criação/Estruturação de pequenas intervenções;
- . Criação das estruturas de monitorização;
- . Regulamentação de condicionamentos e interdições, etc..

- INTERVENÇÕES EXEQUÍVEIS A MÉDIO PRAZO (3 ANOS)

São as intervenções que se traduzem em investimentos em obras comportáveis no período máximo de 3 anos desde o início de execução do POA.

No caso de certos projectos, como os de recuperação da qualidade das águas ou os de conversão florestal, entende-se que as intervenções se alongarão por todo o triénio, podendo ser continuada parte desses projectos, para além de 2008.

No caso de outros projectos considera-se que, após o ano de 2006, dedicado a acções prioritárias e urgentes, poderão ser executados nos 2 anos de 2007 e 2008, apresentando-se no Quadro 1 a lista e a afectação temporal das intervenções propostas.

4 - PLANO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO

4.1 - CONTEXTO FINANCEIRO

A natureza das intervenções foi detalhada nos capítulos precedentes, importando aqui realçar que os meios financeiros a afectar devem ser canalizados de maneira apropriada à melhor obtenção dos resultados pretendidos.

Haverá intervenções que são claramente da responsabilidade directa da Administração Central, que como tal as deverá incluir na programação do PIDDAC e negociar atempadamente para elas os apoios financeiros e subsídios da U.E. apropriados.

QUADRO 1

Programas e Projectos

PROGRAMA	PROJECTOS	GRAU DE PRIORIDADE
P1- Recuperação e valorização da albufeira e da zona de protecção	1.1. Recuperação da qualidade da água e respectiva monitorização	Médio prazo (2007-09)
	1.2. Reabilitação dos órgãos de segurança da barragem	Curto prazo (2007)
	1.3. Realização de campanha de levantamento dos fundos da albufeira	Curto prazo (2007)
	1.4. Elaboração do Plano de Emergência da Tapada Pequena	Curto prazo (2007)
	1.5. Reabilitação da passagem hidráulica sob a EM505 e canal de descarga	Médio prazo (2008-09)
	1.6. Preparação de zonas de apoio à pesca e de uma zona para acesso de embarcações	Médio prazo (2008-09)
	1.7. Segurança e sinalização da barragem e do plano de água	Médio prazo (2008-09)
P2 - Intervenções na zona terrestre de protecção	2.1. Recuperação do bosque ribeirinho	Médio prazo (2007-09)
	2.2. Limpeza e renaturalização das margens da albufeira	Médio prazo (2007-09)
	2.3. Remoção de construções precárias	Médio prazo (2007-08)
	2.4. Recuperação ambiental da "Corta"	Médio prazo (2007-08)
	2.5. Melhoramento de caminhos, acessos e criação de estacionamento	Médio prazo (2008-09)
	2.6. Criação de um percurso temático	Médio Prazo (2008-09)
	2.7. Criação de uma zona de estadia (miradouro)	Médio prazo (2008-09)
	2.8. Conversão para pinheiro manso/alepo/cipreste e azinheira em zonas adjacentes ao plano de água	Médio prazo (2007-09)
P3 - Valorização cultural, patrimonial e turística	3.1. Infra-estruturação de uma área para criação de um Parque de Campismo/Caravanismo (AVT 1)	Médio prazo (2008-09)
	3.2. Protecção do "cemitério dos ingleses" e arranjo da envolvente	Médio prazo (2009)
	3.3. Elaboração de Planos de Pormenor na área da Mina de São Domingos	Médio prazo (2007-09)

Haverá outras intervenções que são da responsabilidade da Autarquia, e poderá haver intervenções da iniciativa privada nomeadamente em relação aos meios complementares de alojamento turístico a criar, iniciativa que deverá ser convenientemente incentivada através de sistemas de incentivos eficazes.

A avaliação e quantificação dos esforços financeiros a realizar é necessariamente genérica; no entanto, é imprescindível tal avaliação para cativar antecipadamente verbas e desenhar sistemas de incentivos ao investimento privado.

Na área do POA os sectores em que a iniciativa privada precisará de incentivo são o turismo (para os meios complementares de alojamento) e a silvicultura (para conversão de áreas). Existindo para ambos os sectores sistemas de incentivos, fará sentido continuar a mantê-los e reforçar o nível percentual de incentivos aos projectos privados que se venham a apresentar nas áreas de intervenção do POA.

4.2 - BASE DE CÁLCULO

A estimativa de custos efectuada corresponde à fase de planeamento, e, por consequência, tem uma margem de erro com amplitude de $\pm 20\%$, servindo, no entanto, para preparar estimativas orçamentais globais.

Como é óbvio, a estimativa de custos respeita apenas aos **investimentos de iniciativa pública**, visto que os investimentos privados, serão suportados pelos respectivos promotores.

A área de intervenção é definida, para efeito de estimativas de custo de obras, infraestruturação e acessos, com base na superfície da albufeira (24 hectares) e perímetro até 500 metros (área global de 220 hectares).

Para os diversos tipos de intervenção preconizados tomaram-se os seguintes custos unitários (a preços de 2005):

DESIGNAÇÃO	
- Estudos, projectos, campanhas	10 000 Euros/mês
- Fiscalização e monitorização	5 000 Euros/mês
- Recuperação da qualidade da água	5 000 Euros/ha
- Recuperação e promoção do bosque ribeirinho	50 000 Euros/ha
- Remoção de construções precárias	5 Euros/m ²
- Conversão florestal (plantações, etc.)	60 000 Euros/ha
- Obras de infra-estruturação	50 Euros/m ²
- Obras de construção/remodelação	500 Euros/m ²
- Obras de melhoria e reabilitação de caminhos	5 000 Euros/km
- Recuperação dos órgãos de segurança da barragem	125 000 Euros
- Construção de passadiços e plataformas	5 000 Euros/unid
- Segurança e sinalização- barragem e plano de água	5 000 Euros/ha
- Sinalética de segurança e informativa	5 000 Euros/km
- Estacionamento elementar de superfície	500 Euros/lugar
- Locais de lazer/recreio	75 000 Euros/unid
- Criação de percurso temático	15 000 Euros/km
- Elaboração de Planos de Pormenor	150 000 Euros/unid

4.3 - CUSTOS GLOBAIS DE INVESTIMENTO POR PROGRAMAS E POR ANOS

No Quadro 2 apresenta-se a síntese dos custos globais por Programas e projectos, de acordo com os pressupostos de custo indicados no ponto precedente na parte referente a entidades públicas (Estado e Autarquia).

O valor global proposto para ser investido pelas entidades públicas e privadas no período de 3 anos atingirá cerca de 3,4 milhões de euros, a preços de 2005, a ser repartido por várias entidades com destaque para o INAG (Ministério do Ambiente), Florestas (Ministério da Agricultura), Câmara Municipal de Mértola, CCDRA e proprietário da barragem na área do Plano.

Aos custos indicados acrescerão os que resultarem do sistema de incentivos financeiros a implementar para investidores privados.

Nesta matéria advoga-se que os incentivos para os investimentos em equipamentos turísticos complementares e florestação se traduzam simplesmente em majoração de 10% a 15% das comparticipações já consagradas nos sistemas de incentivos existentes.

Verifica-se, portanto, que o POATP tem investimentos repartidos pelos 3 anos com maior esforço financeiro nos 2 anos de 2008 e 2009, de acordo com a opção de escalonamento temporal efectuada.

4.4 - FINANCIAMENTO

O financiamento da execução do POA, no que respeita apenas aos investimentos públicos, terá que ser inscrito no âmbito dos PIDDAC, com eventual recurso a origens de financiamento da U.E., e com parte do financiamento a ser também suportado pela Autarquia de Mértola, onde se localiza a albufeira. O total de investimentos consta do Quadro 2, com uma síntese final do que cabe à iniciativa pública e à privada.

No que respeita aos investimentos privados, entende-se que deverão ser consagradas fontes de financiamento baseadas em regimes de incentivos, admitindo-se também que a gestão e exploração de alguns dos equipamentos turísticos que o Município queira concretizar (por ex: equipamento turístico a criar na AVT1) possa ser confiada a entidades privadas.

O financiamento dos investimentos do POATP deve ser repartido criteriosamente entre o Governo e a Autarquia. Nesse sentido entende-se como princípio básico que o Governo deverá assumir as grandes intervenções públicas de valorização ambiental e protecção da natureza, monitorização da qualidade da água, e limpeza da albufeira.

QUADRO 2

Estimativa dos custos de investimento por programas e projectos e por anos (euros)

Nº	Programas e Projectos	Bases			Custo por anos			Entidade Promotora
		Unidade	Quantid.	Custo unit.	TOTAL	2006	2007	2008
1	P1 - Recuperação e valorização da albufeira e da zona de protecção							
	Prj 1.1 - Recuperação e monitorização da qualidade da água	Hectare	24	5000	120000	40000	40000	40000
	Prj 1.2 - Reabilitação dos órgãos de segurança da barragem	Nº	1	125000	125000	125000		
	Prj 1.3 - Realização de levantamento dos fundos da albufeira	Mês	3	10000	30000	30000		
	Prj 1.4 - Plano de Emergência da Barragem da Tapada Pequena	Mês	6	10000	60000	60000		
	Prj 1.5 - Reabilitação da passagem hidráulica sob a EM505	Nº	1	50000	50000		25000	25000
	Prj 1.6 - Plataformas de apoio à pesca e acesso de embarcações	Nº	7	5000	35000		17500	17500
	Prj 1.7 - Segurança e sinalização da barragem e plano de água	Hectare	24	5000	120000		60000	60000
	Sub-total 1				540000	255000	142500	142500
2	P2 - Intervenção na zona terrestre de protecção							
	Prj 2.1 - Recuperação do bosque ribeirinho	Hectare	9	50000	450000	150000	150000	150000
	Prj 2.1 - Limpeza e renaturalização das margens da albufeira	Hectare	24	5000	120000	40000	40000	40000
	Prj 2.3 - Remoção de construções precárias na área reservada	M2	10000	5	50000	25000	25000	
	Prj 2.4 - Recuperação ambiental da "Corta"	Nº	1	50000	50000	25000	25000	
	Prj 2.5 - Melhoramento de caminhos, acessos e estacionamento de superfície	km	2	50000	100000		50000	50000
	Prj 2.6 - Criação de percurso temático	Lugares	100	500	50000		25000	25000
	Prj 2.7 - Criação de uma zona de estadia	km	2,5	15000	37500		18750	18750
	Prj 2.8 - Conversão florestal	Nº	1	100000	100000		50000	50000
		Hectare	10	60000	600000	200000	200000	200000
	Sub-total 2				1557500	440000	583750	533750
3	P3 - Valorização patrimonial, cultural e turística							
	Prj 3.1 - Infra-estruturação de uma área de vocação turística (AVT1)	m2	10000	50	500000		250000	250000
	Prj 3.2 - Protecção do cemitério dos ingleses e arranjo da envolvent	Nº	1	50000	50000			50000
	Prj 3.3 - Elaboração de Planos de Pormenor	Nº	5	150000	750000	250000	250000	250000
	Sub-total 3				1300000	250000	500000	550000
	Total a cargo de entidades públicas				2712500	760000	976250	976250
	Total a cargo de entidades privadas				685000	185000	250000	250000
	TOTAL GERAL				3397500	945000	1226250	1226250

A Autarquia deverá assumir os investimentos de valorização turística cultural e patrimonial, tais como a criação de um percurso temático e zonas de estadia/descanso, melhoramento de caminhos, criação de estacionamentos, acções de limpeza e promoção de planos de pormenor.

Não entrando com a possibilidade de fazer subsidiar a fundo perdido parte dos investimentos públicos, e considerando a repartição já indicada entre Programas a cargo da Administração Central (PIDDAC), da administração autárquica (sendo esta a financiar 50% dos Planos de Pormenor), e de entidades privadas, o Plano previsional de financiamento por fontes é o indicado no Quadro 3.

QUADRO 3

Plano de financiamento por fontes (euros)

	2006	2007	2008	TOTAL
Investimento total	945 000	1 226 250	1 226 250	3 397 500
Fontes de financiamento:				
Administração Central	635 000	682 500	632 500	1 915 000
Administração Local (CMM)	125 000	293 750	343 750	797 500
Entidades Privadas	185 000	250 000	250 000	685 000